



## ATA NÚMERO 01/2005

1 Aos **vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco**, com início às nove horas,  
2 na Agência da Lagoa Mirim, Auditório Luís Simões Lopes, sito à rua Lobo da Costa, 447,  
3 realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade  
4 Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**,  
5 Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Telmo Pagana Xavier**,  
6 Vice-Reitor; **Ricardo Lemos Sainz**, Pró-Reitor Administrativo em exercício; **Moacir Cardoso**  
7 **Elias**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento em exercício; **Alci Enimar Loeck**, Pró-  
8 Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Fernando Minello**, Pró-Reitor de Graduação; **Vitor**  
9 **Hugo Borba Manzke**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Edemar Antonio Rossetto**,  
10 representando o Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel que enviou ofício nº 17-05  
11 da FAEM justificando sua ausência e da Vice-Diretora (anexo a esta ata); **Angela Maria**  
12 **Antunes Nunes**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Lia Palazzo Rodrigues**, Diretora da  
13 Faculdade de Direito; **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do Conservatório de Música; **Frutuoso**  
14 **Luiz de Araújo**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da  
15 Faculdade de Medicina; **Jane Dias da Costa da Cunha**, Diretora da Faculdade de Ciências  
16 Domésticas; **Airton José Rombaldi**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Avelino**  
17 **da Rosa Oliveira**, Diretor da Faculdade de Educação; **Paulo Bretanha Ribeiro**, Diretor do  
18 Instituto de Biologia; **Fábio Vergara Cerqueira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas;  
19 **Alvaro Leonardi Ayala Filho**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sergio Luíz dos**  
20 **Santos Nascimento**, Diretor do Instituto de Química e Geociências; **Maria Amélia Soares**  
21 **Dias da Costa**, Diretora do Instituto de Sociologia e Política; **José Honorato de Oliveira**  
22 **Filho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Emília Nalva Ferreira da Silva**, Diretora da  
23 Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Carlos Silveira Da Luz**, Vice-Diretor da Faculdade  
24 de Engenharia Agrícola; **Nirce Saffer Medvedovski**, Diretora da Faculdade de Arquitetura e  
25 Urbanismo; **Hugo Roberto Kaastrup Stephan**, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da  
26 Graça; **Marilene Farias Alam**, suplente do representante dos Professores Titulares; **José**  
27 **Carlos da Silveira Osório**, representante dos Professores Titulares; **Celso Medina Fagundes**,  
28 representante dos Professores Adjuntos; **Mário Sérgio Medeiros Pires**, representante dos  
29 Professores Adjuntos; **Flavia Braga Azambuja**, representante dos Professores Assistentes;  
30 **José Carlos Brod Nogueira**, representante dos Professores Assistentes; **Victor Hugo Pereira**  
31 **Coelho**, representante dos Professores Auxiliares; **Amauri Costa da Costa**, suplente do  
32 representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Ana Regina Romano**, representante do  
33 COCEPE; **Ana Carolina Ferreira Kessler**, representante Comunitária; **Cristina Altmann**,  
34 **Inês Sória (suplente)**, **Júlio Matos**, **Jurandir Silva**, **Natalie Oliveira** e **Rossano Echevarria**,  
35 representantes Discentes; **Rosalina Vieira dos Anjos**, **Carmem Regina Silveira Nogueira**,  
36 **Rosane Maria Brandão (suplente)**, **Vera Maria de Oliveira Lopes**, **Mara Lucia**  
37 **Vasconcelos** e **Marilane de Souza Velasco**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não  
38 compareceram os seguintes conselheiros: **Anaizi Cruz Espírito Santo**, Diretora do Instituto de  
39 Letras e Artes; **José Beiro Carvalhal**, Diretor da Faculdade de Nutrição, **Hilton Grimm**,  
40 representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Eduardo Machado Rotta**, representante dos  
41 Professores Auxiliares; **Ledemar Carlos Vahl**, representante do COCEPE; **Cláudio Kroeff**,  
42 representante Comunitário; **Walter Silva**, representante Comunitário; **Ana Carina Caldas**,  
43 representante Discente e **Margarete Oleiro Marques**, representante dos Técnicos  
44 Administrativos. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente disse ter  
45 satisfação em declarar aberta a primeira reunião do Conselho Universitário da nova gestão e do



46 ano de 2005. Antes de passar à votação da pauta proposta pela Presidência do Conselho,  
47 saudou os novos conselheiros, Professor Moacir Cardoso Elias, novo representante dos  
48 Professores Titulares; Professor Mário Sérgio Pires, representante dos Professores Adjuntos e  
49 os acadêmicos Ana Carina Caldas, Cristina Altmann, Gian Carlo Carvalho, Júlio Matos,  
50 Jurandir Silva, Natalie Oliveira e Rossano Echevarria, representantes discentes. Falou da  
51 satisfação de todo o Conselho em tê-los como novos representantes de suas categorias.  
52 Solicitou a inclusão na pauta da criação da Auditoria Interna da UFPel, pois existe uma  
53 determinação legal para que as universidades tenham esta auditoria e lamentavelmente no  
54 passado a UFPel dispunha desse tipo de função e atualmente não há mais, por ter sido excluída  
55 a Auditoria Interna pela Administração antecessora à atual. Existe uma exigência legal,  
56 especialmente o Decreto nº 3591 do ano 2000, e também o Decreto 4304 de 16 de julho de  
57 2002 que determinam que seja criada nas Instituições de Ensino Superior a Auditoria Interna.  
58 Isso seria uma proteção para toda a universidade e sugeriu que fosse aprovada pelo Conselho a  
59 possibilidade de ser incluída na pauta a criação dessa Auditoria. Também fez referência à  
60 necessidade de adequar o Conselho Universitário na sua composição para que pudesse atuar  
61 normalmente onde exige a participação de 70% de representantes docentes na sua composição.  
62 Naquele momento com a escolha do Pró-Reitor Administrativo, Engenheiro Francisco Carlos  
63 Gomes Luzzardi, foi reduzida a composição do Conselho para 68% de representantes docentes.  
64 Naquela sessão, a composição estava adequada, pois com a ausência do Engenheiro Francisco  
65 Luzzardi foi feita uma substituição legal com o Professor Ricardo Sainz. Para aquela sessão, a  
66 composição estava adequada de acordo com a lei. Para as sessões futuras o Conselho deveria  
67 ser completado com pelo menos três professores. Sugeriu que os representantes da classe dos  
68 professores compusessem uma comissão para examinar e apresentar a proposta de ampliação  
69 deste Conselho com mais três professores, ficando dessa forma adequadamente composto, ou  
70 seja, com 70% do total dos conselheiros sendo representantes da classe docente. Colocada a  
71 proposta da ordem do dia em votação, esta foi aprovada com quarenta e seis (46) votos  
72 favoráveis. Passou ao **item 01- Aprovação da Ata 05/2004 do Conselho Universitário -**  
73 **CONSUN.** Após as considerações e solicitação de algumas correções de digitação, a ata foi  
74 colocada em votação e aprovada com trinta e nove (39) votos favoráveis e oito (08) abstenções.  
75 **Item 02:** Eleição do representante do **Conselho Universitário junto à CPPD.** O senhor  
76 presidente solicitou indicações de nomes para representantes do CONSUN junto à CPPD. A  
77 Professora Lia Palazzo sugeriu o nome da Professora Nirce Medvedoviski. Não havendo  
78 nenhuma outra proposta, o senhor presidente colocou em votação o nome da Professora Nirce.  
79 Aprovado com 47 votos favoráveis e uma abstenção. **Item 03:** Eleição das Comissões  
80 Especiais do **CONSUN. (Comissões de Legislação e Normas e Administração e Finanças).**  
81 A conselheira Rosane Brandão indicou o nome do técnico administrativo João Paulo Adamoli  
82 para a comissão de Legislação e Normas e para a Comissão de Administração e Finanças  
83 indicou o nome da técnica Marilane Velasco. Os representantes discentes indicaram para a  
84 CLN o nome do acadêmico Jurandir Silva e para a CAF, Júlio Matos. Os representantes  
85 docentes indicaram para a CLN o nome da Professora Lia Palazzo e para a CAF o nome do  
86 Professor Álvaro Ayala Filho. Após a eleição, o senhor presidente convidou o Professor Farid  
87 Nader e a acadêmica Cristina Altmann para realizarem a contagem dos votos. O resultado final  
88 foi o seguinte: CLN: Lia Palazzo obteve trinta e nove (39) votos; João Paulo Adamoli, quarenta  
89 e sete (47) votos; Jurandir Silva, quarenta e sete (47) votos e uma cédula em branco. O senhor  
90 presidente passou à eleição dos representantes da CAF. Convidou o Professor Avelino da Rosa  
91 Oliveira e a técnica Rosane Brandão para fazerem a contagem dos votos. O resultado final  
92 ficou da seguinte forma: CAF: Júlio Matos obteve quarenta e oito (48) votos; Marilane  
93 Velasco, quarenta e quatro (44) votos e Álvaro Ayala Filho, quarenta e nove (49) votos. **Item**  
94 **04:** Homologação da **Comissão Própria de Avaliação – CPA.** O senhor presidente fez  
95 referência a este item dizendo que em abril de 2004 foi aprovada a Lei nº 10.861 que criou o  
96 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Esse sistema prevê e  
97 determina que cada Instituição de Ensino Superior tenha uma Comissão Própria de Avaliação a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2005 – FLS. 3 de 10

98 qual foi nomeada pela administração da Professora Inguelore Scheunemann de Souza e até  
99 janeiro de 2005 não foi procedido nenhum trabalho nessa comissão. Houve a necessidade de  
100 reformulá-la e foi determinado um prazo mínimo para que fosse feita uma proposta de projeto  
101 de avaliação institucional da universidade, que é a proposta de auto-avaliação institucional  
102 como determina a lei, e também o Regimento da Comissão Própria de Avaliação. Foi  
103 encaminhado às Direções de Unidades um documento solicitando sugestões de como seria  
104 realizado esse trabalho e, lamentavelmente, apenas duas Unidades enviaram uma proposta na  
105 véspera daquela reunião. Naquela ocasião já havia sido ultrapassado o prazo determinado pela  
106 administração para entrega da proposta, pois havia a necessidade de fazer os devidos  
107 encaminhamentos ao Conselho Universitário e esse material, proposto pelas duas Faculdades,  
108 não pôde ser adequadamente discutido pela comissão. Como existia um prazo extremamente  
109 exíguo o motivo principal da reunião do Conselho naquela data era exatamente o fato o  
110 Magnífico Reitor ter de viajar naquela data, no horário de 12:00 horas para levar à Brasília o  
111 que fosse aprovado pelo Conselho, ou seja, o projeto de Avaliação Institucional, levado pela  
112 Presidência assim como o Regimento da Comissão Própria de Avaliação. Se não fosse feito o  
113 que era exigido pelo Governo Federal, a UFPel correria o risco de ter o valor de seus recursos  
114 financeiros reduzidos uma vez que pesa na distribuição de recursos pelo MEC, esse tipo de  
115 apresentação. Portanto apresentou essas justificativas da demora dessa comissão ter se reunido,  
116 obviamente involuntário da parte da administração, por ter ocorrido um período relativamente  
117 grande que, por diferentes motivos, desconhecidos pela atual administração, isso não ocorreu.  
118 Disse que a atual comissão trabalhou intensamente durante o período que foi determinado e  
119 destacou que havia a oportunidade, que seria o correto, que as sugestões das Faculdades  
120 fossem analisadas pela comissão e em reunião próxima pudessem ser aprovadas as mudanças,  
121 para que a universidade não corresse o risco de chegar ao Ministério da Educação com uma  
122 documentação insuficiente e com isso as conseqüências possíveis seriam a redução dos  
123 recursos financeiros por parte do MEC para as Unidades da UFPel. Sugeriu que fosse  
124 apreciado o material encaminhado pela comissão e disse que ficaria aguardando as sugestões e  
125 modificações que fossem propostas pelos conselheiros, uma vez que foi encaminhado a todos,  
126 juntamente com a convocação do Conselho, o material na íntegra. O Professor Álvaro Ayala  
127 solicitou que o senhor presidente relatasse o nome dos componentes da comissão. Este leu a  
128 Portaria nº 189 de 11 de fevereiro de 2005 do Gabinete do Reitor constituindo “ad referendum”  
129 do Conselho, a Comissão de Avaliação Institucional, indicando os seguintes nomes para a  
130 comporem: Professor Carlos André Biensfeld, da Faculdade de Direito, para a Coordenação  
131 Geral; Elio Paulo Zonta, Pró-Reitor de Planejamento, Maria Cecília Loreia Leite, Virgínia  
132 Mello Alves, João Ladislau Bárbara Lopes, Cristiane Hoffmann Moreira, Tânia Marisa Rocha  
133 Bachili, Cristiane Gindri Manzoni, Rodrigo Dinegri, Verônica Brasil Duarte, Ada Lygia Pinto  
134 Ferreira, Elmar Carlos Hadler e Fábio Marques Fonseca. Colocou em votação a homologação  
135 da indicação “ad referendum” da Comissão Própria de Avaliação. O Professor Álvaro Ayala  
136 perguntou se após a aprovação do Regimento esta comissão poderia ser alterada ao que o  
137 senhor presidente respondeu que dependeria do Conselho, pois se fosse aprovada a composição  
138 da comissão pelo Conselho, esta poderia ser mantida ou modificada. A Professora Nirce  
139 Medvedoviski perguntou o porquê da necessidade de aprovação da comissão naquela reunião  
140 ao que o senhor presidente esclareceu que essa comissão deveria ser votada para legitimar o  
141 trabalho feito por ela e em reunião próxima, poderia ser feita a eleição para alterá-la ou mantê-  
142 la. O Professor Álvaro Ayala disse que o Conselho Departamental do Instituto de Física e  
143 Matemática declarava-se favorável do processo de auto-avaliação da instituição, mas  
144 apresentou a solicitação de ser estendido o prazo para a aprovação do Regimento para que  
145 pudesse ser discutido de forma mais consistente, antes de votar o Regimento e o projeto de  
146 Avaliação Institucional. O Professor Fabio Cerqueira disse que o Instituto de Ciências  
147 Humanas também solicitaria prazo maior, mas pela urgência da necessidade de aprovação,  
148 trouxe três sugestões: uma quanto ao cronograma e duas quanto à composição da Comissão  
149 Própria de Avaliação, que concordaria em colocar em discussão na próxima reunião. A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2005 – FLS. 4 de 10

150 Professora Nirce Medvedovski falou que o Conselho Departamental da Faculdade de  
151 Arquitetura e Urbanismo também entendeu que deveria aprovar o Regimento, mas chegar a um  
152 estudo mais detalhado. Apresentou solicitação da Unidade: que fosse pensado o  
153 reenquadramento da FAURb em termos de Área de Conhecimento, pois aquela Unidade,  
154 dentro da UFPel, estava fora da área em que tradicionalmente a Arquitetura e Urbanismo está  
155 enquadrada se pensar nas linhas de pesquisa e pós-graduação. Solicitou que este assunto não  
156 fosse esquecido, pois aquela Unidade poderia contribuir muito mais se estivesse enquadrada  
157 dentro da área de Ciências Sociais Aplicadas e não na área de Ciências Tecnológicas, onde se  
158 encontra atualmente. A Professora Maria Amélia Dias da Costa falou que o Instituto de  
159 Sociologia e Política também discutiu a proposta e enviou as considerações fora de prazo. A  
160 primeira consideração levantada foi a questão do histórico: solicitou que os cursos de  
161 Especialização fossem mencionados no documento. A segunda consideração foi em relação às  
162 normas do SINAES, pois considerava que o projeto de avaliação institucional, embora se  
163 considerasse autônomo, estava extremamente atrelado às questões do SINAES e tudo deveria  
164 se enquadrar nas suas normas. Dentro da visão do Instituto, a questão da eleição da Comissão  
165 deveria ser repensada e fundamentalmente na medida em que a universidade for discutir a  
166 reforma universitária, deveria ser discutida a reforma da Universidade Federal de Pelotas. O  
167 Professor Álvaro Ayala solicitou esclarecimentos quanto ao prazo de entrega do documento ser  
168 até dia 30 de março ao Ministério da Educação e o senhor presidente respondeu que o  
169 cronograma do MEC fazia essa exigência, razão pela qual ele acreditava que a Professora  
170 Inguelore Scheunemann havia nomeado essa comissão em julho. O porque a comissão não ter  
171 trabalhado naquele período ele não poderia responder. A conselheira Rosane Brandão falou em  
172 nome dos técnicos administrativos e trouxe a mesma proposta de adiar a votação, mas pelo fato  
173 de haver prazo estipulado pelo governo, sugeriu a aprovação do documento e mais tarde uma  
174 discussão para alterações do Regimento e modificação da comissão. A Professora Emília Nalva  
175 disse que a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia enviou a sua proposta no dia 22.03.05 e  
176 concordava com a aprovação do documento como se encontrava e mais tarde nova avaliação  
177 seria feita para poder discutir com mais calma e cautela, observando os critérios e enquadrar as  
178 propostas das Unidades na Portaria nº 31 de 17 de fevereiro de 2005 do MEC que apresenta as  
179 etapas da avaliação que a instituição deverá seguir. A Professora Lia Palazzo falou que logo  
180 que recebeu o documento da Reitoria o distribuiu em sua Unidade para que se manifestasse e  
181 ela pudesse levar ao Conselho a posição da Faculdade de Direito. A Coordenação do Colegiado  
182 do Curso de Direito concordou com a avaliação no que dizia respeito aos aspectos técnicos e  
183 formatação, mas como a sugestão foi no sentido de alguns itens em relação à avaliação interna,  
184 achou por bem apresentar a sugestão em um momento oportuno e sugeriu que a avaliação  
185 respeitasse as peculiaridades de cada curso e quando estiver sendo tratado o instrumento de  
186 avaliação irá apresentar a proposta do Colegiado do Curso de Direito. A Professora Ângela  
187 falou que na Faculdade de Odontologia teve dificuldade de discutir com seus professores e  
188 disse que não havia condições da Reitoria ficar atrelada às discussões das Unidades que  
189 despenderiam tempo que no momento era exíguo. Professor Frutuoso falou que a  
190 documentação foi repassada aos Chefes de Departamento e por ter tido um período muito curto  
191 para discutir, somente na véspera da reunião o Conselho Departamental da Faculdade de  
192 Veterinária pôde se reunir para avaliar a proposta do documento. Alguns conselheiros  
193 entenderam que se tratava da homologação de uma comissão que já existia e não entendiam o  
194 porque da homologação naquele momento. Com a informação de haver urgência por exigência  
195 do Governo Federal, o Diretor da Unidade compreendeu e disse que o Conselho Departamental  
196 não fez nenhuma oposição para homologar a comissão se fosse efetivamente necessário,  
197 entendendo que devesse fazer uma discussão mais esclarecedora a respeito de todos os  
198 documentos. Disse que não havia sido encaminhado nenhum documento sugerindo alterações.  
199 O Professor Álvaro Ayala falou que na verdade gostaria de reiterar a importância da discussão  
200 nas Unidades e lembrou que o prazo foi curto ao que o senhor presidente lembrou que este  
201 prazo na realidade iniciou em julho de 2004 e em fevereiro de 2005 houve a necessidade de



202 tomar uma posição para que neste curto espaço de tempo a administração pudesse formar uma  
203 comissão para realizar rapidamente este trabalho, uma vez que ao longo de oito meses nada foi  
204 feito. O prazo existiu, mas lamentavelmente a universidade foi incompetente nesse sentido.  
205 Portanto não se justificava colocar o prazo como empecilho e era importante destacar que foi  
206 feito todo o esforço para confeccionar o documento e caberia ao Conselho atender ou não a  
207 solicitação do MEC, mas concordava plenamente que seria necessário discutir amplamente na  
208 universidade todos os problemas, sobretudo, avaliação. Nesse sentido convidou o Professor  
209 Elcio Trindade, presidente da Comissão Nacional, para vir conferenciar em nossa universidade  
210 sobre esse tema que é muito importante. O Senhor Elcio ficou de enviar a data em que poderia  
211 estar em Pelotas para conferir esta palestra. Independente disso destacou aos colegas que  
212 alguns conselheiros que estiveram presentes no período da gestão anterior no CONSUN,  
213 lamentavelmente não discutiram o assunto e atualmente a instituição pagava um preço  
214 relativamente alto por estar extremamente atrasada na avaliação institucional, mas não se  
215 justificava que fosse retardado mais esse trabalho e solicitava que os conselheiros atentassem  
216 para esse fato, sob os riscos que a instituição corria se retardasse ainda mais com discussões os  
217 encaminhamentos necessários ao Ministério. Nada disso excluía a discussão desse tema  
218 novamente no Conselho em reunião próxima e solicitou a todos os Diretores que levassem a  
219 discussão nesse período em suas Unidades. A Professora Lia Palazzo disse que não havia  
220 recebido poderes para falar em nome da comissão, mas disse que dentro dos seus limites a  
221 comissão trabalhou o máximo possível. Solicitou à administração que enviasse às Unidades  
222 cópias das leis que foram citadas na portaria do MEC. O senhor presidente falou que seria  
223 convocada uma reunião dos Diretores com a comissão antes da próxima reunião do CONSUN.  
224 A Professora Flavia Azambuja solicitou a leitura dos nomes que compunham a comissão. O  
225 senhor presidente leu novamente na íntegra a relação. O conselheiro Jurandir Silva, em nome  
226 dos representantes discentes, solicitou que as siglas constantes dos documentos fossem  
227 esclarecidas para facilitar seu entendimento ao que o senhor presidente respondeu que seria  
228 encaminhada cópia do Regimento da Universidade para o Diretório Central dos Estudantes e  
229 não havendo mais manifestações colocou em votação a homologação da comissão. Aprovada  
230 com quarenta e um (41) votos favoráveis, seis (06) votos contrários e uma (01) abstenção. **Item**  
231 **05: Apreciação do *Regimento e Projeto de Avaliação Institucional*.** Por ter sido discutido,  
232 juntamente com o item anterior, o Senhor Presidente passou imediatamente à votação do  
233 Regimento que foi aprovado com trinta e oito (38) votos favoráveis, seis (06) votos contrários e  
234 quatro (04) abstenções. **Item 06: Processo nº 23110.000387/02-70 da FACULDADE DE**  
235 **VETERINÁRIA** solicita a contratação do Professor SEVERO SALES DE BARROS como  
236 professor visitante apensado ao Processo nº 23110.002156/2004-15 da FACULDADE DE  
237 VETERINARIA, solicita a concessão do título de Alta Qualificação Técnica e Científica ao  
238 Professor SEVERO SALES DE BARROS. O senhor presidente disse que esse processo já  
239 havia sido aprovado pelo Conselho Departamental da Faculdade de Veterinária (FV) e  
240 encaminhado ao Ministério da Educação, mas por uma determinação de Portaria Ministerial, é  
241 necessária uma aprovação pelo Conselho Universitário. Houve, equivocadamente, o  
242 encaminhamento ao MEC sem que fosse atendida essa determinação Ministerial de que tem de  
243 ser aprovado pelo Conselho. Deixou a palavra com o Professor Frutuoso Araújo para fazer suas  
244 considerações a respeito do processo antes de ser colocado em votação. Este falou que no dia  
245 anterior foi realizada uma reunião no Conselho Departamental da Faculdade de Veterinária,  
246 para ratificar a necessidade de trazer para a nossa universidade a figura do Professor Severo  
247 Sales de Barros que é patologista aposentado da Universidade Federal de Santa Maria; livre  
248 docente daquela universidade e como patologista fez, dentre suas especializações, o curso de  
249 técnico e microscopia eletrônica. A FV tem um contrato de comodato com a EMBRAPA e  
250 conseguiu há alguns anos atrás, um microscópio eletrônico e justamente foi em função de  
251 alguns projetos de pesquisa bastante avançados que a FV aprovou junto ao CNPq  
252 especialmente um PRONEX no valor de R\$ 600.000,00, na época, e foi feito contato com o  
253 Professor Severo Barros junto a esta pesquisa como colaborador e para tanto foi concedido um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2005 – FLS. 6 de 10

254 contrato com o CNPq através de bolsas. O Professor Severo foi mantido nesse programa por  
255 dois anos e foi mantido por mais um tempo como pesquisador através de bolsa da FAPERGS.  
256 Esse professor, por vários anos, atuou como consultor do CNPq, da FAPERGS e tem um  
257 currículo extraordinário com centenas de pesquisas publicadas e orientou inúmeras teses de  
258 mestrado e doutorado, e na FV, juntamente com a equipe de patologia, teve uma participação  
259 decisiva na implementação de pesquisas mais qualificadas com a utilização especialmente de  
260 microscopia eletrônica. Com isso foram feitos vários progressos e algumas instituições como a  
261 universidade de Santa Maria, Porto Alegre, FURG e em outras Unidades da UFPel, se  
262 beneficiaram fazendo intercâmbio com a FV no sentido de utilização de técnicas,  
263 especialmente de microscopia eletrônica. O Professor Severo não está mais na FV há dois anos  
264 em função de estar aguardando o resultado desses processos. Foi encaminhado em 2002 um  
265 processo solicitando a contratação do professor como visitante, exatamente na época em que  
266 terminou a bolsa de pesquisador. Os encaminhamentos necessários foram feitos e aprovados no  
267 CD da FV e posteriormente foi encaminhado ao COCEPE, que criou uma comissão especial  
268 para avaliar este processo que foi aprovado e encaminhado a Brasília onde foi exigido um  
269 documento solicitando ao CONSUN a concessão do título de Alta Qualificação Técnica e  
270 Científica. A FV retomou o processo e em nova reunião do CD foi apensado um novo processo  
271 solicitando esta qualificação. A partir daí os dois processos foram encaminhados ao CONSUN  
272 para apreciação. Disse ser imprescindível manter o Professor Severo na Universidade  
273 principalmente agora que o curso de Pós-Graduação da Faculdade de Veterinária a nível de  
274 mestrado recebeu o grau máximo pela CAPES e em abril será encaminhada a proposta de  
275 criação do curso de Doutorado em Veterinária da Universidade Federal de Pelotas. O senhor  
276 presidente colocou em votação e salientou que os professores visitantes não utilizam vagas do  
277 quadro de professores efetivos. O Professor Alci Loeck falou que gostaria de efetuar perguntas  
278 ao Professor Frutuoso quanto ao convite para o Professor Severo ser contratado como  
279 Professor Visitante, se já haviam se esgotado as possibilidades de outros tipos de contratação  
280 pelo CNPq e FAPERGS que possibilitam contratação dessa categoria de professores. O  
281 Professor Frutuoso respondeu que a FV tomou essa posição tendo em vista a possibilidade do  
282 Professor Severo atuar não só como pesquisador ou como técnico, pois é imprescindível  
283 principalmente no que tange às pesquisas que utilizem a microscopia eletrônica, mas também a  
284 possibilidade de utilizar esse professor nos programas de graduação e pós-graduação como  
285 professor ministrante de aulas. Aí se encontra a diferença marcante para a Faculdade. O senhor  
286 presidente fez a colocação que a função do Conselho ao apreciar e votar esse item era única e  
287 exclusivamente aprovar a aceitação ou não por parte do Conselho. A origem dos recursos que  
288 iriam suprir esse tipo de atividade, ou pelo menos atender a esta solicitação, não cabia ao  
289 Conselho definir. Essa era uma questão administrativa da Reitoria e da Faculdade de  
290 Veterinária buscar os recursos ou mesmo com apoio do MEC. A vinda desse professor  
291 independia da determinação do Conselho e sim o que cabia era aprovar ou não a vinda do  
292 professor como Professor Visitante. Se um professor visitante for útil à Unidade a busca de  
293 recursos para que esse professor venha, independe do Conselho e a Administração irá buscar  
294 no MEC todo o apoio necessário para tal. A Professora Maria Amélia perguntou se estavam  
295 sendo votadas as duas solicitações, ao que o senhor presidente respondeu que estava sendo  
296 votada a concessão do título e disse que sem a concessão do título de Alta Qualificação esse  
297 professor não poderia ser contratado como Professor Visitante. O Professor Alci perguntou se  
298 o título seria concedido para que o Professor se nivelasse ao título de doutor, pois para  
299 ministrar aulas nos cursos de pós-graduação é imprescindível que o professor possua o título de  
300 Doutor. O senhor presidente respondeu que o MEC criou uma Portaria específica para a função  
301 de Professor Visitante que faz referência ao título de Alta Qualificação Técnica e Científica,  
302 não significando com isso que o professor seja Doutor ou tenha título equivalente a Doutor.  
303 Para ser Professor Visitante atualmente em qualquer universidade Federal é necessário que  
304 esse professor tenha título de Doutor ou de Alta Qualificação Técnica. Onde ele será  
305 aproveitado não caberia ao Conselho Universitário votar. Esse era um assunto para ser tratado



306 posteriormente pela FV. Não competia ao Conselho definir se ele iria trabalhar na pesquisa, na  
307 pós-graduação ou extensão, pois o Conselho não faz esse tipo de abordagem. Disse que  
308 gostaria de deixar bem claro que esse tipo de tratamento seria dado posteriormente pela  
309 Faculdade e se fosse o encaminhamento desse professor para curso de pós-graduação ou  
310 pesquisa, seria posteriormente tratado pela Direção da Faculdade com a Pró-Reitoria de  
311 Pesquisa e Pós-Graduação e seus Conselhos. O que cabia naquele momento ao Conselho era  
312 única e exclusivamente tratar se esse professor poderia ter ou não o Título de Alta Qualificação  
313 Técnica e Científica. O Professor Fábio Cerqueira disse que certamente a intenção de voto de  
314 todos era o bem da Universidade e os Conselheiros davam crédito à manifestação do Diretor da  
315 FV que a vinda desse professor era uma contribuição importante, porém queria se sentir um  
316 pouco mais esclarecido. Disse que a pergunta da Professora Maria Amélia colocava que havia  
317 duas questões: a segunda estava clara, ou seja, o professor apesar de ser um grande pesquisador  
318 não possui Doutorado. A outra parte é que não estava esclarecida. Quis saber se a contratação  
319 do Professor seria feita através da Universidade ao que o senhor presidente negou. A  
320 Professora Ana Romano informou, a título de esclarecimento, que este processo havia passado  
321 pelo COCEPE e tinha sido amplamente discutido e deferido por aquele Conselho após  
322 avaliação de todo o currículo. Logo, naquele momento, o que seria votado era a homologação  
323 ou não da decisão do COCEPE. Sem mais manifestações, a concessão do título foi colocada em  
324 votação. Aprovada com quarenta e quatro (44) votos favoráveis e duas (02) abstenções. **Item**  
325 **07: Processo aprovado “ad referendum” do CONSUN. Processo nº 23110.007125/2004-51**  
326 **da PRPPG, sobre a criação da Agência de Gestão Tecnológica e Propriedade Intelectual –**  
327 **AGESTEC.** O senhor presidente convidou o Professor Alci Loeck para fazer o relato do  
328 processo. O relator disse que a aprovação “ad referendum” foi feita ainda na gestão do  
329 Professor André Haack em 04 de janeiro de 2005. Falou que na verdade tratava-se da  
330 homologação do parecer “ad referendum” feita em 14 de janeiro de 2005 pelo então Reitor  
331 André Luiz Haack e publicado no Diário Oficial da União no dia 14 de janeiro de 2005. Disse  
332 que existe a Lei nº 10973 de 02 de dezembro de 2004 que no seu artigo primeiro estabelece  
333 medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo  
334 com vistas à capacitação e o alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do país.  
335 Na realidade a UFPel deveria criar essa Agência e foi criada “ad referendum” e relatou o  
336 andamento do que foi feito até aquele momento. Disse que a intenção do Governo é incentivar  
337 a pesquisa básica na universidade e também garantir o retorno dessa pesquisa para a  
338 universidade. Dessa forma seria garantida a propriedade dos inventos uma vez que ela sendo  
339 desenvolvida dentro da universidade, evidentemente essa descoberta é do povo. Aí começaria a  
340 discussão dos dividendos da descoberta. A Agência foi lotada na Pró-Reitoria de Pesquisa e  
341 Pós-Graduação por ser a Pró-Reitoria mais adequada. Essa Agência deveria ser composta por  
342 uma diretoria executiva. Teria um Diretor Executivo (figura ainda não existente); um  
343 Coordenador de Empreendimentos, responsável pelo desenvolvimento de ações de  
344 relacionamento com as empresas, órgãos públicos e unidades de ensino, oferecendo apoio à  
345 elaboração de projetos bem como o desenvolvimento e o funcionamento das incubadoras  
346 setoriais da universidade e articulação com órgãos de fomento. Na verdade a idéia é que o  
347 pesquisador não se preocupe com isso, pois ele terá um aporte que fará isso por ele. Teria ainda  
348 um Coordenador de Propriedade Intelectual que se preocuparia com o registro da patente e  
349 todos os trâmites necessários para o registro da propriedade, abertura e acompanhamento dos  
350 processos, licenciamento e demais questões referentes à propriedade intelectual. Teria uma  
351 quarta figura que é o Coordenador de Transferência Tecnológica, que definiria se a descoberta  
352 fosse ou não de interesse da universidade. Ainda assim haveria uma Câmara de  
353 Acompanhamento da Agência, pois o pesquisador, ao elaborar um projeto juntamente com seu  
354 orientando ou com outra instituição, deveria saber quais os cuidados que deveria tomar no  
355 advento de surgir uma descoberta nova. Isso deveria estar muito claro em todo o processo de  
356 registro de pesquisa, que é uma exigência do Ministério. Cabe à universidade normatizar estas  
357 ações. Existiria uma Câmara de acompanhamento desta agência e seria presidida pelo Pró-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2005 – FLS. 8 de 10

358 Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação. Todo o organograma anterior será fiscalizado pela Pró-  
359 Reitoria e também pelo Diretor do Departamento de Pesquisa. Haverá uma comissão de cinco  
360 membros com notória contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico da  
361 universidade com reconhecida produtividade intelectual formalizada através do  
362 reconhecimento em produtividade de pesquisa pelo CNPq e eleitos pelos pesquisadores com  
363 bolsistas do CNPq. Isso garantiria uma supervisão maior. Na realidade esta agência já estava  
364 com caminhos bastante adiantados, estando praticamente pronta a Minuta da Portaria para  
365 discussão. Deveria ser emitida uma Resolução e, eleitos todos os componentes, deveria ser  
366 estabelecido um prazo para a estrutura regimental dessa Agência Tecnológica e de Propriedade  
367 Intelectual. Passaria a ser uma estrutura nova dentro da universidade e, portanto, deveria ser  
368 aprovado pelo Conselho Universitário. Essa estrutura nova exigiria a figura de um diretor que  
369 necessita do pagamento de uma CD que atualmente não existe disponível e deveria ser  
370 pleiteada pelo Magnífico Reitor junto ao Ministério, já que a criação dessa nova estrutura é  
371 uma exigência do Ministério. O relator ressaltou que no momento o que seria aprovado era o  
372 encaminhamento “ad referendum” de criação da Agência e logo que fosse concluído o projeto  
373 de organização, deveria retornar ao CONSUN com definição das Normas e Regimento para  
374 serem aprovados pelo Conselho e possam ser encaminhadas as eleições nos devidos locais. A  
375 Professora Flavia Azambuja perguntou se esta patente registrada seria de domínio público, ao  
376 que o relator respondeu que sim, por ser uma universidade pública, o invento é de domínio  
377 público, mas o inventor teria direito a dividendos, ou seja: 1/3 do que o invento render em  
378 royalt seria do inventor e 2/3 da universidade que irá gerir a comissão. Desses 2/3, 1/3 irá  
379 garantir a movimentação dessa Agência e os outros 1/3 serão aplicados pela universidade onde  
380 acreditar que deva promover maior produção intelectual. O Professor Airton Rombaldi  
381 perguntou se a proporção de 1/3 e 2/3 seria uma determinação do Governo ou uma norma  
382 adotada pela UFPel, ao que o relator respondeu que este tipo de trabalho não estava sendo feito  
383 de uma forma isolada e que estava sendo assessorado pela Professora Maria da Graça  
384 Alcântara que tem feito contato com outras Instituições e recebido sugestões valiosas, e essas  
385 propostas todas deverão ser aprovadas pelo CONSUN. O Professor Airton Rombaldi perguntou  
386 ainda se essa proposta era passível de discussão pelo CONSUN ou apenas deveria ser  
387 aprovado, ao que o relator explicou que era apenas para ser aprovado o encaminhamento “ad  
388 referendum” do Reitor anterior, Prof. André Luiz “Haack, que pela urgência da época, teve de  
389 referendar. Como a Agência é uma estrutura nova na universidade, deve passar pela aprovação  
390 do Conselho Universitário. As questões normativas não seriam aprovadas naquele momento,  
391 pois deveriam passar por discussão naquele conselho. O Professor Avelino da Rosa Oliveira  
392 falou que estando em discussão apenas a votação de aprovação da criação “ad referendum” da  
393 Agência acreditava que não seria matéria complicada, mas solicitou à Administração que  
394 urgentemente fosse discutida com maior profundidade não só a normatização dessa Comissão,  
395 mas acreditava ser de extrema relevância o que significava de fato toda a alteração no sentido  
396 das Normas de Propriedade Intelectual que advém sobre a produção científica da universidade  
397 pública. Disse que entendia como esta sendo uma outra ponta da Reforma Universitária e pela  
398 leitura que fazia até aquele momento, bem mais grave, e significava um momento histórico  
399 bem mais contundente que o próprio documento da reforma que foi enviado às Unidades para  
400 ser debatido no Conselho. O senhor presidente falou que a aprovação seria da criação da  
401 Agência e a discussão da normatização seria encaminhada em breve às Unidades e solicitou  
402 encaminhamento de sugestões ao Gabinete do Reitor, de nomes para comporem comissão para  
403 realizar esta discussão. A Professora Maria Amélia solicitou que o Professor Alci Loeck  
404 estivesse presente em uma reunião do Fórum de Diretores para fazer maiores esclarecimentos  
405 sobre o assunto. A Professora Lia Palazzo solicitou confirmação da data de criação da Agência  
406 (Portaria de 05 de janeiro de 2005 e no Diário Oficial, 14 de janeiro de 2005). Solicitou a  
407 retirada da pauta do item para que fosse de conhecimento de todas as Unidades. A Professora  
408 Ângela falou que entendia não ser possível retirar de pauta por já ter sido publicado em Diário  
409 Oficial. Professor Moacir falou que dentro das Universidades os inventos não eram patenteados



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2005 – FLS. 9 de 10

410 e corria-se o risco de no futuro ter que pagar royalt para usar os próprios inventos dos seus  
411 pesquisadores. As pessoas que estavam preocupadas com o bem público deveriam lembrar que  
412 a única forma de garantir que esse bem continuará sendo público era patentear os inventos e os  
413 processos de patente são complicadíssimos para tramitar. Disse que acreditava que facilitando  
414 a vida dos pesquisadores, facilitava a vida da Instituição e a forma dela fazer prestação pública  
415 do seu trabalho. Acreditava serem momentos diferentes e aquele momento era a primeira  
416 reunião do Conselho Universitário depois da criação da Agência no dia 05 de janeiro. Depois  
417 de homologada a criação, que era um caminho para garantir que os inventos feitos em uma  
418 instituição pública continuariam públicos, seria discutida a normatização dessa Agência. Falou  
419 que o Professor Alci, empolgado com a idéia dessa criação, adiantou alguns pontos que não  
420 estavam em questão naquele momento. Sugeriu que o Conselho homologasse a criação se  
421 julgasse que seria necessário, ou se julgasse não haver essa necessidade que fosse pensado um  
422 sistema facilitador de patentes. A representante discente Inês solicitou a possibilidade do envio  
423 de documentos, por parte da Administração, ao Diretório Central de Estudantes com o que o  
424 senhor presidente concordou. Professora Nirce Medvedovski falou entender que a importância  
425 desse tema só poderia conduzir à proposta que o próprio Presidente colocou, de produzir um  
426 fórum sobre a questão da produção e propriedade intelectual. Disse ainda que entendia que  
427 tinha alguns pontos bastante polêmicos até por ser uma área bastante complexa na questão da  
428 propriedade intelectual e nesse ponto remeteu a questão das artes e da arquitetura relatando que  
429 gostariam de também estar contemplados apesar de não existir o sistema de registro de  
430 patentes, mas como a própria comissão colocava que trabalharia nos dois temas (produção  
431 tecnológica e propriedade intelectual), sentia-se contemplada, mas acreditava que a  
432 universidade deveria fazer uma discussão bem mais profunda e a Administração deveria tomar  
433 uma posição e assessorasse, para que problemas não viessem a acontecer. Solicitou que  
434 assuntos da importância desse que estava sendo discutido fossem repassados com antecedência  
435 aos conselheiros para que pudessem votar com maior esclarecimento. O Professor Frutuoso  
436 falou que o assunto era de extrema importância e que deveria ser bastante considerado. No  
437 entanto, na Faculdade de Veterinária, até aquele momento, não havia o conhecimento da  
438 criação dessa Agência. Não sabia se por razão das circunstâncias de emergência de cobrança  
439 do documento pelo MEC, ou por qual motivo o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação  
440 anterior não levou o assunto a uma discussão mais ampla exatamente pelo assunto ser de muito  
441 interesse aos pesquisadores da UFPel. Disse que ficava preocupado em relação à homologação  
442 da criação naquele momento e perguntou se não seria mais interessante uma discussão pelo  
443 fórum de Diretores ou um seminário com os pesquisadores da universidade que estão  
444 catalogados através de suas pesquisas. Disse acreditar que o assunto deveria ser bem mais  
445 discutido, embora não fizesse oposição à criação de um órgão que iria favorecer aos  
446 pesquisadores. O Professor Fabio fez três colocações: a primeira, quanto à sugestão da  
447 professora Lia de apensar documentação normativa necessária ao estudo do assunto, lhe  
448 parecia interessante que o CONSUN adotasse, a exemplo do COCEPE, o envio de convocações  
449 via e-mail e essas convocações poderiam ter em anexo esses documentos que são citados ao  
450 longo dos documentos; a segunda colocação foi no sentido do que foi exposto pela Professora  
451 Nirce, pois estava preocupado que até aquele momento não havia acontecido nenhuma  
452 manifestação naquele sentido do ponto de vista das ciências humanas e das artes, pois a  
453 necessidade que existe, não só no sistema da ciência brasileira, mas também na UFPel, de uma  
454 melhor equalização do tratamento da diversidade das áreas de conhecimento que sem dúvida  
455 era um desafio para o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação desenvolver esses mecanismos  
456 que até aquele momento haviam falhado na universidade e repercutiram sérios problemas em  
457 função de distribuição de bolsas e outros aspectos. Isso entra na discussão do fórum para  
458 estudar a criação da Agência de Propriedade Intelectual e Gestão Tecnológica e falando do  
459 ponto de vista da área de humanidades, artes e cultura, entendia que há de se desenvolver uma  
460 reflexão para que esses instrumentos tenham capacidade de estar medindo a produção  
461 intelectual dessas áreas e a terceira colocação que fez foi da necessidade de dar conta da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2005 – FLS. 10 de 10

462 dualidade que envolve essa discussão que é de um lado a preocupação da reforma universitária  
463 e de outro lado toda a preocupação de que o conhecimento produzido na universidade não  
464 venha a ser indevidamente apropriado por empresas multinacionais que acabam lucrando às  
465 custas do conhecimento dos nossos pesquisadores. O senhor presidente esclareceu que o  
466 assunto seria retirado de pauta e seria encaminhado à Comunidade para discussão de forma  
467 mais ampla. Passou a palavra ao Professor Alci Loeck que disse ter se sentido bem com a  
468 discussão levantada. A Professora Flavia Azambuja se colocou a disposição do Conselho para  
469 criar um link do CONSUN para que fossem disponibilizadas as informações daquele  
470 Conselho. O senhor presidente leu o documento que se referia à criação da Auditoria Interna.  
471 Justificou essa proposta dizendo que há uma determinação no Decreto 391 do ano de 2000,  
472 onde em seus artigos 14 e 15 diz o seguinte: Artigo 14: “As entidades da Administração  
473 Pública Federal indireta deverão organizar a respectiva Unidade de Auditoria Interna com o  
474 suporte necessário de recursos humanos e materiais com o objetivo de fortalecer a gestão e  
475 racionalizar as ações de controle”. Ainda no seu Parágrafo terceiro diz o seguinte: “A Auditoria  
476 Interna vincula-se ao Conselho da Administração ou a órgão de atribuições equivalentes”. Fez  
477 referência ao parecer do tribunal de contas que avaliando o assunto de auditoria interna fez o  
478 apontamento da inexistência da unidade de Auditoria Interna na UFPel e que a universidade até  
479 o presente momento estava descumprindo a determinação da legislação. Disse ser fundamental  
480 que o Conselho Universitário apoiasse a administração no sentido de fosse possível criar a  
481 Auditoria Interna. Disse que isso não significava gastos para a universidade uma vez que a  
482 instituição dispunha de pessoas do próprio quadro para atender essa finalidade e que existiam  
483 meios legais que possibilitavam atender a Auditoria Interna, que já havia existido em épocas  
484 passadas e não sabia qual o motivo que levou a Professora Ingelore Scheunemann a excluir do  
485 quadro a figura da Auditoria Interna. Disse que naquele momento seria necessário tomar  
486 medidas para que ela fosse retomada sob pena da UFPel ser penalizada pelo Tribunal de  
487 Contas da União. Deixou a palavra à disposição para manifestação. Sem nenhuma  
488 manifestação, colocou em votação a criação da Auditoria Interna. Aprovado por unanimidade.  
489 Passou ao item que se referia à composição de uma comissão para indicar nomes de mais três  
490 (03) docentes para integralizar os 70% de representação docente no CONSUN. Solicitou a  
491 indicação de nomes para comporem a referida comissão. Professora Ângela Nunes sugeriu que  
492 o Fórum de Diretores se encarregasse desse assunto. A professora Maria Amélia soares sugeriu  
493 o nome do professor Bretanha. Professor Álvaro Ayala sugeriu uma comissão paritária e  
494 sugeriu o nome do professor Bretanha. A Professora Nirce Saffer sugeriu que a CLN fosse  
495 encarregada desse assunto. A Professora Ângela e o Professor Ayala retiraram suas propostas.  
496 Ficou aprovado o encaminhamento da CLN para ter a atribuição do estudo de indicação dos  
497 nomes para completarem os 70% da representação docente no Conselho. O Professor Paulo  
498 Bretanha propôs que a complementação fosse feita através de três Coordenadores de Cursos de  
499 Graduação. Professor Alci Loeck sugeriu que fossem dois Coordenadores de Graduação e um  
500 de Pós-Graduação. Professor Minello sugeriu que entre os Coordenadores da Graduação um  
501 fosse da Licenciatura e outro do Bacharelado. O senhor presidente sugeriu que fossem  
502 mantidos os três Coordenadores da Graduação. A professora Lia Palazzo solicitou que a CLN  
503 ficasse a cargo da escolha da forma de composição. Acatado pelo senhor presidente que  
504 agradeceu a presença dos conselheiros e deu por encerrada a reunião às 12:05 horas. Do que  
505 para constar, eu \_\_\_\_\_ Roseméri Gomes Gonçalves, secretária dos Conselhos  
506 Superiores, lavrei a presente Ata que, após ser aprovada, será igualmente assinada pelo senhor  
507 presidente.

*Antonio Luiz M...*